

**Florestan Fernandes e a
Revolução Burguesa no Brasil:
ensaio de interpretação sociológica¹**

Madson J. A. Rafael

*Aluno do Curso de Graduação em Ciências Sociais
Universidade Federal da Paraíba
(Campus I - João Pessoa)*

Introdução

Florestan Fernandes nasceu em São Paulo em 1920 e faleceu em 1995. Fez a licenciatura e o bacharelado de 1940 a 1951, em Ciências Sociais, na USP, e o mestrado e o doutorado em Sociologia e Antropologia na Escola Livre de Sociologia e Política. Em 1953, tornou-se livre docente e, em 1964, professor catedrático da Universidade de São Paulo. Sua dissertação de mestrado e a sua tese de doutorado trataram do Tupinambás, da sua ordem social e das suas guerras; também fez reflexões teóricas acerca das Ciências Sociais e pesquisas sobre a integração do negro na sociedade de classes. Em 1969, foi aposentado compulsoriamente pela ditadura militar, revelando-se um dos intelectuais mais lúcidos e críticos do regime. Foi professor visitante nos Estados Unidos (1965/ 66) e no Canadá (1969/72). Como militante político, foi um dos fundadores do Partido dos trabalhadores e se elegeu deputado federal (Ianni, 1978 e 1989).

Florestan Fernandes foi um dos primeiros frutos das missões estrangeiras que vieram fundar a Universidade de São Paulo nos anos 1930. Suas obras são conhecidas na América Latina, na Europa e nos estados Unidos. Sua influência se estendeu por todo meio intelectual brasileiro e latino-americano. Nas décadas de 1960 e 1970, tornou-se o principal esteio de uma das mais importantes escolas de explicação histórico-sociológica da América Latina e um dos mais importantes líderes político-intelectuais de esquerda. Seu pensamento é de fato dialético, aberto e em diálogo com a realidade. Nele, pensamento e história se produzem reciprocamente (Ianni, 1978 1989; Cohn, 1986). Encarou a Sociologia como ciência que requer dedicação exclusiva (Candido, 1996).

Com tudo isto que foi falado não quer dizer que este autor não tenha sido criticado e de alguma maneira combatido, porém o que vale ressaltar aqui é que a sociologia brasileira foi definitivamente contemplada com os trabalhos de Florestan Fernandes, em se tratando da abertura de horizontes para a reflexão sobre a sociedade e a história com seu ponto de vista crítico, baseado nos ensinamentos do marxismo (Ianni, 1989).

A Revolução Burguesa no Brasil

Tento aqui abordar o pensamento de Florestan Fernandes em sua obra: A Revolução Burguesa no Brasil (1975), uma interpretação histórico-sociológica do Brasil, não deixou de ser uma nova visão para a época. Construída através de pesquisa empíricas sobre um momento específico que da revolução burguesa no Brasil. O autor então problematiza sobre por que no Brasil a burguesia opta por um estilo autoritário de democracia.

A hipótese adotada por ele é de que esta questão está relacionada ao fato de como

o capitalismo, como modelo econômico, se desenvolveu no Brasil, ou seja, não se poderia esperar uma única configuração para a implantação do capitalismo. E é esta especificidade que o autor se propõe estudar.

A expressão "revolução burguesa no Brasil", para Florestan Fernandes, significa o processo de consolidação do capitalismo no Brasil, com uma autonomia parcial com fortes tendências à integração nacional, ao menos neste momento específico da análise. O que importa realmente para ele não são as possibilidades que poderiam ter acontecido mas, o que realmente ocorreu, ou seja, as diferentes etapas da consolidação do capitalismo no Brasil, com as devidas transformações que estas proporcionaram.

Florestan Fernandes toma por base uma vasta bibliografia para objetivar sua análise, que é por demais complexa, utilizando-se de autores diversos, dividindo-os em 'parte geral' e 'parte sobre a América Latina', de acordo com seus usos.

A história da burguesia brasileira, para o autor, não surge com a colonização, ou melhor dizendo, o Brasil não é capitalista desde o seu descobrimento. Esta tem um aparecimento tardio e dependente, optando por assimilar formas econômicas, sociais e políticas do mundo ocidental moderno. Ele explica, assim, o caráter revolucionário da burguesia estritamente brasileira, que pode ser vista como tal, mas com particularidades, diferentemente das revoluções burguesas a que estamos acostumados a ouvir falar.

O Brasil, para ele, passou a ser burguês e capitalista a partir de um de um certo momento da sua história, bem posterior ao seu descobrimento. Quando esta ocorre, no caso do Brasil, tem a significação de modernização econômica, política, cultural e social. É um momento de transição da época dos senhores, sob a hegemonia das oligarquias agrárias, para a era burguesa, quando a hegemonia foi compartilhada entre aquela oligarquia e o novo grupo social que surgia, que era burguesia.

É importante entender que no Brasil, não houve um confronto de estrutura entre a antiga e a nova ordem, elas apenas se uniram. A burguesia não entrou em conflito com a aristocracia agrária, foi uma espécie de oposição dentro da ordem, se comprometendo com tudo o que lhe fosse vantajoso. Ajustou-se à tradição, preferindo a mudança gradual e a composição a uma modernização vigorosa. Os grupos oligárquicos também por sua vez, baseados em acordos e compromissos, modernizou-se e também criou seus aspectos de burguesia.

Houve, desta forma, associações vantajosas, as coisas não se desenrolaram politicamente, pela tomada do Estado oligárquico, mas sim, economicamente.

A burguesia brasileira produziu a sua revolução em uma economia colonial, periférica, dependente. O capitalismo brasileiro é dependente, conseqüentemente a sua burguesia também. Florestan Fernandes constata que no Brasil não havia condições e processos econômicos que sustentassem o pleno funcionamento dos modelos econômicos trazidos dos grandes centros mundiais, sua intenção era a de, nada mais nada menos, manter e até intensificar a incorporação dependente da economia brasileira.

Portanto, não houve no Brasil uma ruptura com os grupos dominantes locais, nem com os países centrais, as coisas foram se moldando e se acomodando como um certo tipo de imposição de dentro para fora pela economia capitalista mundial.

Pretensões da Revolução Burguesa

Para Florestan Fernandes, essa revolução burguesa brasileira queria realizar a implantação de uma economia capitalista independente, nacional, sendo esta sua aspiração final. Para se obter este resultado, o mercado interno deverá se fortalecer e se tornar autônomo, ter hegemonia sobre o mercado externo, as relações de produção deverão se tornar totalmente capitalista, a organização da produção deverá se racionalizar, as forças produtivas deverão se modernizar, o Estado deverá se burocratizar racionalmente. Este seria o sentido final da ação da burguesia na história brasileira.

Porém, segundo o autor, estas supostas pretensões tomaram outro rumo. Ele chega a esta conclusão quando leva em consideração a realidade brasileira, com seu ritmo específico, com obstáculos ao seu desenvolvimento autônomo. A burguesia brasileira está sempre em uma posição dependente. Sendo assim, a burguesia brasileira teve de reduzir o alcance de sua revolução limitando o seu impulso transformador, é o que se pode chamar de restrição do campo de sua atuação.

O Que Aconteceu de Fato

Para Florestan Fernandes a burguesia brasileira atuava em condições muito adversas em vista do passado e do presente brasileiros ser de dependência estrutural capitalista, portanto não se poderia ir contra eles e criar um futuro novo. Segundo o autor, o capitalismo dependente é um capitalismo difícil, que deixa poucas alternativas à burguesia. A dominação burguesa no Brasil fugirá do modelo clássico, não será nacional e democrática, mas dependente e autoritária. Porém, esta se faz necessária para possibilitar o desenvolvimento capitalista e consolidação da dominação burguesa.

Poderia ter Sido de Outra Forma

Levando em consideração os estreitos limites em que atuava, cercada internamente pela oligarquia exportadora e pelos interesses internacionais, externa e também internamente, a burguesia brasileira foi até hábil, teve sua eficácia histórica, ao ceder em relação ao passado e ao aceitar a associação dependente, em uma posição menor, com o imperialismo.

Dada as circunstâncias, mesmo que lamentavelmente, não poderia ter sido diferente. Faltou ao Brasil um agente transformador ousado, uma burguesia capaz de desempenhar o seu papel modernizador em uma sociedade capitalista. A sociedade brasileira se organizou de forma capitalista muito mais de fora para dentro; aqui faltou um agente capaz de levar a fundo a mudança, com mais audácia.

Condições Objetivas para a Concretização

Observa uma realidade social dependente, dominada pela continuidade das forças do presente e do passado e conclui que era difícil agir, que a revolução burguesa no Brasil foi feita em estreitos limites, entre o passado colonial e o presente neocolonial. Em alguns momentos, Florestan Fernandes acusa a burguesia brasileira de ser um agente de mudanças incompetente, tímido, conciliador, em outros a considera competente e hábil, se levado em consideração a situação de dependência, a estrutura com limites estreitos dentro da qual ela teve de fazer opções para poder agir. Essas afirmações do autor são complementares uma a outra.

Processo Político

O capitalismo e o seu agente apareceram no Brasil, entre 1808 e 1822. Eles

apareceram ligados ao comércio e não à produção agrícola exportadora e nem à produção manufatureira ou industrial. O comércio passou a ser controlado de dentro; os controles externos da economia colonial transferiram-se para o interior da nova economia nacional que se implantava, trazendo o espírito burguês, a concepção burguesa do mundo. Houve uma mudança significativa na relação da economia brasileira com o sistema econômico externo, após a extinção do estatuto colonial e a constituição de um estado independente.

Não foi a emancipação nacional, mas a renovação da independência, a sua articulação sobre novas bases e em outros termos. Isso não impede que a independência tenha representado uma revolução social, a primeira que se operou no Brasil. Ela representou o fim da era colonial e o ponto de referência para a sociedade nacional, com ela inaugurada. Muitos não lhe atribuem valor, por ter persistido a ordem social interna colonial e por ter sido produzida sem a participação das massas. Apesar disso ser verdade e limitar seu alcance transformador, Florestan Fernandes, vê neste fato, que a extinção do estatuto colonial teve um sentido econômico-social revolucionário.

Com ela instaurou-se uma sociedade nacional, o poder deixará de ser uma imposição externa para organizar-se a partir de dentro, com elementos brasileiros, apesar da nova dominação inglesa. As elites do Brasil poderão atuar sem o controle da coroa portuguesa.

A independência só não foi violenta porque, por coincidência, pelas circunstâncias da história européia, a corte foi obrigada a se transferir para o Brasil. Ela já era uma necessidade histórica. As elites não queriam mudar a ordem social colonial, só queriam controlá-la de dentro. A independência não foi e nem poderia ter sido feita de maneira mais coletiva e agressiva. Ela foi uma realização das elites que pretendiam tornar interno o poder e controlar diretamente o comércio de seus produtos. Não foi, para Florestan Fernandes, uma revolução social, embora tenha dado início à revolução burguesa. Foi ao mesmo tempo um movimento revolucionário, a busca de uma sociedade autônoma; e conservador, a preservação e a consolidação da ordem social colonial, pois as elites não possuíam condições materiais e morais para enquadrar o padrão de autonomia necessário a uma nação. Apesar disso, havia um elemento transformador, dinâmico. As idéias liberais, que foram selecionadas eficazmente e ofereceram às elites a argumentação racional contra a condição colonial e pela emancipação. Elas ofereceram forma e conteúdo às pretensões igualitárias com a metrópole, por um lado, e por outro redefiniram as relações de dependência que continuaram a vigorar entre o Brasil e o mercado externo.

Para Florestan Fernandes, o liberalismo teve um papel muito produtivo. Ele foi a força cultural viva da revolução nacional brasileira.

Portanto, a independência impôs o domínio senhorial sobre a nação. As possibilidades de mando por parte do senhor extrapolaram o seu domínio rural. O poder senhorial atingiu o novo estado nacional, que integrou os interesses de todos os senhores agrários locais e regionais em um interesse nacional. O senhor se transformou em cidadão. Com idéias liberais circulando por outras razões, mais econômicas e políticas, passaram também a circular idéias sociais: a de direito, liberdade individual, de justiça, de progresso... Essas idéias liberais não selecionadas pelas elites, oferecerão argumentos às lutas contra a escravidão e pela democracia que, então começaram. Elas alimentaram uma utopia revolucionária. A independência revelou o caráter duplo do liberalismo, dependência nova em relação ao exterior e caminho novo de autonomia, não de um povo ainda, mas das elites.

O que Florestan Fernandes reconhece, e com isso ele não está sendo determinista, é que a sociedade colonial não poderia cair de uma hora para outra, de forma acelerada, e que a transição da sociedade colonial para a nacional iria desencadear e exigir processos históricos. A independência só foi o primeiro desses processos, o processo inicial, o ponto de partida, e muito importante; foi a base do processo secular da construção da integração nacional, o início da implantação da ordem capitalista. Foi a independência o marco inicial da "*revolução burguesa no Brasil*".

Processo Econômico

O processo econômico, de acordo com Florestan Fernandes, foi o segundo processo desencadeador da revolução burguesa, houve uma mudança nas relações entre a economia brasileira e o neocolonialismo. Os agentes estrangeiros que comercializavam os produtos brasileiros antes da independência assumirão, após, o controle da antiga colônia sem riscos políticos. A exploração colonial passou a ser, agora, estritamente econômica. O produtor brasileiro e o importador estrangeiro discutiam quem ficaria com a maior parcela econômica. O produtor brasileiro começou a aspirar à internalização da fase de comercialização. Mas não podia ainda exercê-la. Ele teve de se adaptar a essa hegemonia econômica. Quanto aos comerciantes estrangeiros, intermediários entre o produtor e os importadores europeus, aceitaram internalizar até certo ponto o comércio que realizavam, integrando o Brasil no sistema capitalista mundial, retirando o produtor brasileiro da posição marginal que ocupava. Essa nova relação de dependência perdeu o sentido político e se tornou sobretudo econômica. O produtor brasileiro tornou-se um sócio menor. A dependência foi preservada, mas as relações com o exterior se alteraram. A nova economia nacional que emergia possuía novas funções e se articulava de forma nova com o mercado mundial. O neocolonialismo foi um fator de modernização econômica de fato, alterando a economia interna em suas articulações com o centro.

O novo país foi preparado para montar e expandir uma economia capitalista dependente. Ganhou um 'status' próprio na organização da economia mundial. Nessa nova posição, podia absorver padrões de comportamento econômico, moderna tecnologia, instituições econômicas e capital. O processo concentrou-se na esfera das atividades mercantis e financeiras. Foi nessa esfera que houve a internalização de operações que antes ocorriam fora. O controle externo da economia interna processava-se sob forte identidade de interesses, lealdade e simpatia. Esse controle externo era indireto, a distância e impessoal. Os negócios de exportação e importação não eram percebidos como uma relação de dependência econômica.

Conclusão

Como já havia falado no início deste trabalho, tentei abordar o pensamento de Florestan Fernandes, nesta obra que é por demais complexa e cheia de nuances, mas que não deixa de ser extraordinária. Este sociólogo que tanto lutou por estabelecer uma disciplina, com todas as características de científica.

Fiz questão de explicitar, na verdade, não o que ele afirmou em sua pesquisa e muito menos a que resultados ele chegou, me interessei sim, em demonstrar como ele escreve com muita sutileza e empolgação. Principalmente como é possível sentir o cientista social falando do seu país.

Estas questões foram surgindo em minha mente ao passo que ia lendo. Percebia que mesmo sendo um assunto difícil foi possível entender como se constituiu a revolução burguesa no Brasil, como ocorreram estes processos, a forma como se implantou o capitalismo e as condições históricas.

Segundo Florestan Fernandes, a revolução burguesa acelera-se somente no século XX, com a industrialização, a Revolução de 1930 e vários episódios de golpes de Estado e de exclusão pela força dos movimentos populares. A burguesia brasileira é dotada de um espírito modernizador, mas o restringe à esfera econômica. A dominação burguesa no Brasil é autocrática. Foram a oligarquia tradicional agrária aliada à elite dos negócios comerciais e financeiros que decidiram, e não as classes industriais, o que deveria ser a dominação burguesa na prática.

Desde o início, essa revolução excluiu a população brasileira do acesso ao poder político e das conquistas democráticas. O liberalismo político foi esquecido ou pormenorizado, só o econômico foi praticado.

Bibliografia

- COHN, G. "*Florestan Fernandes*". In: **Inteligência Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1975.
- IANNI, O. "*Florestan Fernandes: Introdução*". In: **Florestan Fernandes**. São Paulo: Ática, 1978 (Col. "Grandes Cientistas Sociais").
_____. "*Florestan Fernandes e a Formação da Sociologia Brasileira*". In: **Sociologia da Sociologia: o pensamento sociológico brasileiro**. 3a ed. São Paulo: Ática, 1989.

Nota

1) Monografia de conclusão da disciplina "Sociologia Brasileira", ministrada pelo Prof. Mauro Guilherme Pinheiro Koury, no Curso de Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba (Campus I - João Pessoa), no período letivo 2000.2.